

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

CMP - PIRAI - RJ
Processo Nº 01459
Rubrica *[assinatura]* Fls 14

PROJETO DE LEI Nº 55 /2020

**AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE
PIRAÍ A FIRMAR TERMO DE CONCESSÃO
DE USO.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal de Piraí autorizado a firmar Termo de Concessão de Uso, com a empresa A2B BRASIL LOGISTICA LTDA – EPP inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.148.363/0001-00, e empresas a ela coligada nos termos do instrumento em anexo, que passa a fazer parte integralmente da presente Lei.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, serão atendidas através da verba própria do orçamento em vigor que, em sendo necessário, serão suplementadas.

Artigo 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ
GABINETE DO PREFEITO

CMP - PIRAÍ - RJ
Processo Nº 01457
Rubrica *Dice* Fls 15

TERMO DE CONCESSÃO

DE USO

MUNICÍPIO DE PIRAÍ

E

EMPRESA

A2B BRASIL LOGISTICA LTDA.



**TERMO DE CONCESSÃO DE USO QUE
ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PIRAI
COMO “CONCEDENTE” E A EMPRESA
A2B BRASIL LOGÍSTICA LTDA - EPP
COMO “CONCESSIONÁRIA”, NA FORMA
ABAIXO:**

MUNICÍPIO DE PIRAI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Getúlio Vargas s/n. ° Centro, Pirai - Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LUIZ ANTÔNIO DA SILVA NEVES**, brasileiro, solteiro, médico, portador da carteira de identidade nº 04851498-8, expedida pelo Instituto Félix Pacheco, inscrito no CPF/MF sob o nº 730606407-00, CRM nº 52.45443-0, residente e domiciliado na rua Aníbal da Costa nº 84 – Centro – Pirai- RJ, e a empresa **A2B BRASIL LOGÍSTICA LTDA - EPP**, com sede na Rua Jumecy Rodrigues Gomes nº 380, Centro, Pirai - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.148.363/0001-00, mediante representado por **CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 12.468.311-1, expedida pelo – DIC/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 084.833.147-89, residente e domiciliado na Rua C, nº 123, Recanto da Lagoa, Jardim Belvedere, Volta Redonda – RJ, têm justos e acordados o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O Município é proprietário e legítimo possuidor da área de terra com 32.900,00 m², situada no 1º Distrito do Município de Pirai, localizada na margem da Rodovia Presidente Dutra - BR-116 (no sentido Rio – São Paulo), desmembrada de maior porção que integra o patrimônio municipal, e que foi adquirida através de desapropriação, com registro no Cartório do 1º Ofício de Notas na matrícula nº 2883, ficha 180, livro 2Q, desta Comarca de Pirai. E as construções nele edificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pela presente e nos termos dispostos nos artigos 148 e 154 e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei Municipal nº XXX, de XXX de outubro de 2020, o Município concede a empresa A2B BRASIL LOGISTICA LTDA, o uso de parte da área e do galpão existente no imóvel, conforme planta anexa, com aproximadamente 4.755,00m², para o fim específico de neles serem implantadas as atividades relacionadas em seu contrato social, em especial depósito de mercadorias para terceiros, envasamento e empacotamento, sob contrato, transporte rodoviário de carga, serviços de entrega rápida e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

CMP - PIRAI - RJ
Processo Nº 01457
Rubrica [assinatura] Fls 17

CLÁUSULA TERCEIRA - Para o desenvolvimento das atividades descritas, fica a A2B BRASIL LOGÍSTICA LTDA., autorizada a firmar parceria e utilizar o endereço do objeto, com empresas parceiras, que deverão cumprir as cláusulas constantes no presente termo, mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - A CONCESSIONÁRIA, parte integrante do presente termo, obriga-se a:

- a) Submeter à prévia aprovação dos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Pirai, os projetos arquitetônicos e civis das construções a serem levadas a efeito no imóvel cedido, observando, no que couberem, as normas técnicas pertinentes às condições de higiene, segurança e meio ambiente;
- b) Não modificar, ampliar ou restringir o projeto sem prévia aprovação dos órgãos competentes do Município, utilizando o terreno e o respectivo galpão exclusivamente para o fim indicado e estabelecido como objetivo, em seu contrato social;
- c) Responsabilizar-se e assumir todos os danos causados a terceiros ou ao Município, em decorrência de sua ação ou omissão;
- d) Responsabilizar-se pelos ônus administrativos e tributários, na forma da legislação aplicável;
- e) Manter em perfeito estado de conservação o imóvel objeto do presente Termo de Concessão de Uso;
- f) Manter a permanência dos 65 (sessenta e cinco) empregos diretos existentes em 17/11/2015, e os 20 (vinte) postos de trabalho diretos em 31 de dezembro de 2016, e assegurar a geração de mais 80 (oitenta) empregos diretos, bem como, mantê-los durante o seu funcionamento no imóvel, objetivando a geração de mais empregos, no decorrer de suas atividades empresariais;
- g) Priorizar em seu quadro de empregados, o mínimo de 80% (oitenta por cento) das vagas para pessoas residentes no Município de Pirai, dando preferência às agências bancárias, ao comércio, aos prestadores de serviços e produtos locais;
- h) Cumprir, ainda as determinações do **MUNICÍPIO** e que lhe forem permitidas por prepostos devidamente credenciados, assegurando-lhes livre acesso a todas as instalações do imóvel ora cedido em Concessão de Uso e permitir, igualmente visitá-los, a fim de verificar se estão sendo cumpridas todas as obrigações assumidas, no presente pacto contratual;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

CMP - PIRAI - RJ
Processo: Nº 01454
Rubrica: [assinatura] Fls 18

- i) Apresentar no mês de janeiro de cada ano, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, relatório situacional da empresa e todas as certidões negativas de débitos ou outro documento comprobatório de regularidade fiscal junto aos órgãos Municipais, Estaduais e Federais e Concessionárias de Serviços Públicos;
- j) Encaminhar semestralmente, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, comprovante do número de empregados, através de guia da GFIP com autenticação do banco recebedor ou outro documento equivalente;
- k) Comunicar à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, todas e quaisquer alterações que vierem a ser efetuadas em seu Contrato Social.
- l) Como contrapartida social deverá a CONCESSIONÁRIA, promover curso de capacitação de mão de obra, para 40 (quarenta) pessoas/ano, pelo período de 05 (cinco) anos, com prestação de contas e emissão de certificados.
- m) Como contrapartida econômica deverá a CONCESSIONÁRIA, promover o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do projeto de segurança contra incêndio junto ao corpo de bombeiro -RJ, para o licenciamento da área total do imóvel pertencente ao município.

CLÁUSULA QUINTA - A presente Concessão onerada com os encargos estabelecidos na cláusula terceira, vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, renovável por igual período, desde que a empresa em tela, venha a cumprir integralmente tais os encargos, sendo que o imóvel cedido e as benfeitorias levadas a efeito no mesmo, reverterão ao patrimônio do Município se a **CONCESSIONÁRIA** paralisar suas atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO - As obras e benfeitorias realizadas pela **CONCESSIONÁRIA**, inclusive de adaptação do imóvel às necessidades da empresa, passarão a compor o patrimônio municipal.

CLÁUSULA SEXTA - Caso a paralisação se dê por força maior, caso fortuito ou outros motivos justificáveis a juízo do Município, que impeçam, restrinjam ou inviabilizem a atividade normal desenvolvida nas unidades instaladas no imóvel, as partes se comporão no sentido de serem resguardados os direitos e interesses recíprocos.

CLÁUSULA SÉTIMA - A **CONCESSIONÁRIA** fruirá plenamente do imóvel objeto desta concessão para os fins previstos na cláusula segunda respondendo por todos os encargos que, eventualmente, venham a incidir sobre os mesmos e suas rendas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

CMP - PIRAI - RJ
Processo Nº 01457
Rubrica *[assinatura]* Fls 19

CLÁUSULA OITAVA – Constatada eventual infração contratual, o **CONCEDENTE** notificará a **CONCESSIONÁRIA** para que ofereça defesa escrita no prazo de 05 (cinco) dias, sendo apreciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, caso rejeitadas as razões de defesa, deverá a **CONCESSIONÁRIA** desocupar imediatamente o imóvel, devolvendo-o ao Município.

CLÁUSULA NONA – Não poderá a **CONCESSIONÁRIA** pleitear indenização referente às benfeitorias ou opor embargos de retenção.

CLÁUSULA DÉCIMA – Decorridos 10 (dez) anos, após o início das atividades da Concessionária, com o cumprimento integral de todos os encargos elencados no presente termo, fica assegurado a **CONCESSIONÁRIA**, o direito de aquisição do imóvel, bastando, para tanto, que indenize o Município na forma descrita nos parágrafos seguintes:

§ 1º – Cumpridos todos os encargos estabelecidos no presente termo, fica assegurado à concessionária o direito de aquisição do imóvel e suas benfeitorias, bastando, que para tanto, indenize o Município referente aos valores gastos com a desapropriação da área, edificação do galpão e pelas melhorias de infraestrutura nela introduzidas pelo município, apurados por uma Comissão de Avaliação, em valores atualizados.

§ 2º – Vencido o prazo de que trata o “caput”, e cumpridas todas as obrigações constantes do referido termo, deixará de incidir sobre o imóvel, os encargos de reversão, devendo a empresa solicitar formalmente a retirada dos mesmos, depois de avaliado pela Comissão Municipal de Avaliação.

§ 3º - Fica expressamente vedado à concessionária, alienar o imóvel e as construções e benfeitorias, bem como locá-los, ceder o seu uso ou dá-los em comodato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Toda e qualquer alteração no presente termo, só prevalecerão quando feitas através de termos aditivos especialmente lavrados para tais fins.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro da Comarca de Pirai, para dirimir qualquer dúvida resultante deste termo, bem como eventuais aditivos que vierem integrá-lo, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

CMP- PIRAI - RJ
Processo Nº 01457
Rubrica *[assinatura]* Fls 20

E por assim estarem de acordo, assinam o presente termo, que lido e achado conforme, é firmado também pelas testemunhas abaixo.

Pirai, 28 de outubro de 2020.


LUÍZ ANTÔNIO DA SILVA NEVES
Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO
A2B Brasil Logística Ltda - EPP

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome: _____

CPF: _____

2. _____

Nome: _____

CPF: _____

Pirai, 09 de outubro de 2020.

À Prefeitura Municipal de Pirai
Exmº Prefeito, Senhor Luiz Antônio da Silva Neves

Assunto: Carta de Intenção para Concessão de Área.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A A2B Brasil Logística atua há treze anos como um operador logístico completo que através de suas soluções flexíveis tem suportado operações de empresas de diversos setores como alimentício, eletrônicos, vestuário e artigos para viagem.

Atualmente prestamos serviços para as seguintes empresas: Osklen, Mr. Cat, Sonho dos Pés, Kenner, Redley e Cantão.

Com o objetivo de ampliar nossas operações no município de Pirai, a A2B continua negociando para trazer novas operações para o município, que contribuirão diretamente para o aumento do nosso quadro de funcionários e fortalecimento da economia local. Atualmente contamos com 162 (cento e sessenta e dois) funcionários diretos e 25 (vinte e cinco) indiretos e nossa expectativa, com o início das novas operações, é de gerar mais 80 (oitenta) postos de trabalho, podendo chegar a 150 (cento e cinquenta).


Para que possamos alcançar o referido objetivo, necessitamos aumentar nossa área produtiva. Sendo assim solicitamos a concessão de aproximadamente 5000 (cinco mil) metros quadrados para atender contratos já fechados com os clientes Osklen, Sonho dos Pés, Mr. Cat, Kenner, Redley e Cantão.

Como contrapartida, além da geração de empregos, a A2B se compromete a oferecer curso de capacitação de mão-de-obra, a ser definido pela empresa, no quantitativo de 40 (quarenta) pessoas/ano, pelo período de 05 (cinco) anos, com prestação de contas e apresentação de certificados.

A A2B também se compromete pelo Projeto do Corpo de Bombeiros referente a área que será concedida à empresa.

Por fim, aproveito à oportunidade para externar a elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,


A2B BRASIL LOGÍSTICA LTDA
CNPJ 31.148.363/0001-00

Ao Diretor Legislativo
Para providências cabíveis.

Em 05/11/2020

Alex Joaquim da Silva
Presidente
Câmara Municipal de Pirai - RJ

À Departamento de Contabilidade,
Para análise. Após, encaminhe ao
Procurador-Geral.

Em 23/11/2020

Francis Bevilacqua Lima

À Procurador Geral,
Segue para os conselhos
reais, cabendo ao senhor que
seja a análise técnica por
esse senhor para fazer
necessário a sua opinião de
fazenda municipal e fim
de que seja insuflado e
presente pelo nome mais
obscuro de suas profissões
bem como se for necessário
a lista poder registrar as
contribuições tributárias por par-
te da empresa que já em
conta se insuflado além
dos empregos para os

C.M.P. - Pirai - RJ
Processo nº 0154
Rubrica Fiscal
me nício de 1901. Debe ser
mostrado o respeito em ques-
tões fiscais à folha 03 e con-
tínua a presente demonstração
é folha 13 para o qual não há
de mão de obra desta obra
como a projeção sempre respec-
tas compromissos e os planos de
negócios para como a projeção
com tributação já que tem em
seu CNPJ e aprovação de serviços
e que em volume de futura
monte financeira uma maior
execução. Por fim informar
que por omissão de máquina si-
milar os saldos nos processos
nº 1444 e 1445, 2020 de 17/11/20
suam mais à Doula Procura-
daria que observe os
respectivos pareceres e lição
por esse ou por outros.

Em 07/12/2020

Simone Messa Ghirlini
Chefe de Dep. de Cont. e Org.
CRC-RJ 118107/O-1
Matrícula 190-3

À Dep. de Contabilidade
Segue ser enviado
do que feito é haver
dona, somente após soma
das obrigações
contábeis.

14/12/20
Lourivane Norris Ribeiro
Procurador Geral
Marechal

Após o envio da presente
página para a área, a solicitação
dos informações com o aspecto
deste de por exemplo do Poder Exe-
cutivo. O supracitado que por
se abster por a celeridade e di-
minuir o presente seja o qual
pela Doula Procuretor de
que que todos as solicitações
pertinentes sejam solicitados de
Uma única vez ao Poder Executivo.

Em 14/12/2020

Simone Lessa Ghirlizoni
Chefe de Dep. de Cont. e Orç.
CRC-RJ 118107/O-1
Matrícula 190-3

Sr. Presidente

Segue o feito com a
expedição do Ofício
requerido pela Chefe
do Departamento de
Contabilidade de
Orçamento conforme
de terminação de
Vossa Excelência enviada
nos autos presentes

Em 17/12/2020

1996

A promotoria para
todas as análises de
quanto a parte jurídica
para que possa ser
em um único momen-
to que seja solicitado
todas as informações
ao Poder Executivo.

Após esta análise desta
promotoria, MJA enviando
muito ao setor legislativo
para que o mesmo
providencie os ofícios e
destinações às Exceções

Alex Joaquim da Silva
Presidente

Coordenador de Dep. de Cont. e Orç.